

# **COTAS NA PÓS-GRADUAÇÃO E A PERSPECTIVA DE CONQUISTAR OUTROS ESPAÇOS PARA A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO**

Katia Cristina Norões – UNICAMP

Uma vez reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal a Constitucionalidade das Cotas com recorte racial nas IES públicas (2012), a tendência é a expansão desse debate para a pós-graduação. Assim como na graduação, a medida de cotas na pós-graduação foi uma proposta cunhada e defendida, em diferentes instâncias, por setores dos Movimentos Sociais Negros e, que contou com a participação de diversos intelectuais negros ou não no contexto de disputas políticas, sociais e ideológicas que compreendeu a reivindicação por cotas raciais no Brasil.

As primeiras publicações sobre cotas na pós-graduação encontradas foram artigos dos docentes Henrique Cunha Júnior<sup>1</sup> e José Jorge de Carvalho<sup>2</sup>. Além dessas, há outras publicações (CARVALHO IN: SANTOS & LOBATO, 2003; CARVALHO, 2005; SILVÉRIO IN: ZONINSEIN & JUNIOR, 2008; CARVALHO IN: MOEHLECKE & SILVÉRIO, 2009), que elencam e discutem tal proposta, geralmente explorada pelos mesmos autores, o que revela a fase ainda embrionária deste contexto de novos embates. Nesse caso, centraremos a análise e a reflexão sobre a produção dos dois autores.

## **Histórico da proposta de cotas na pós-graduação**

Em Cunha Júnior (2003), encontramos os argumentos que abordam a carência de pesquisadores negros e de produção científica sobre temáticas ainda inexploradas ou incipientes dentro dos grandes centros de pesquisas brasileiros, instalados nas IES públicas. O autor defende sobre o fundamento dessa argumentação:

---

<sup>1</sup> Filho do militante negro Henrique Cunha. Cresceu na militância dos movimentos sociais dos negros em São Paulo. Formado em Sociologia (UNESP) e Engenharia Elétrica (USP), mestrado em História, doutorado em Engenharia Elétrica e Livre-docente pela USP. Participou da fundação da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros-ABPN e pesquisa relações étnicas, história da África, afrodescendência e temas relativos a engenharia.

<sup>2</sup> José Jorge de Carvalho orientou a tese do primeiro doutorando negro Ariovaldo Lima Alves no disputado programa de pós-graduação em Antropologia da UNB. Mais conhecido como o “Caso Ari”, devido a constatação de racismo sofrido pelo doutorando nessa instituição, Carvalho travou uma luta interna, junto a docente Rita Segato, nas instancias da UNB para implantar programas de AA. Essa experiência desde a discussão até a aprovação, fez da UNB a pioneira na implementação de AA entre as federais. O posicionamento e a atuação política de Carvalho, muito provavelmente influenciado por essa vivência, tornaram-o referência em políticas afirmativas no ensino superior do Brasil.

“A democracia prevê a representação de todos os grupos sociais em todas as instâncias de decisão. No estágio atual do capitalismo, a pesquisa científica e os grupos de pesquisadores constituem um grupo privilegiado de exercício do poder, quer pela ação direta na participação nos órgãos de decisão do Estado, quer pela indireta por meio da difusão dos conhecimentos que justificam as ações dos poderes públicos (*idem, ibidem*, p. 157)”

Quanto às universidades brasileiras, *locus* de produção científica, deliberação e poder, o autor denuncia a latente e constante resistência frente aos argumentos históricos sobre a formação da pós-graduação, a composição do corpo de docentes e pesquisadores, as temáticas eleitas e, portanto, as políticas científicas e de formação de pesquisadores. Nessa sequência, a IES pública:

“(…) não confessa a sua ignorância nos temas de interesse dos afrodescendentes, sendo que a única responsabilidade do insucesso fica por conta do pesquisador negro. O problema é grave, mais grave ainda é o que nada disso tem sido questionado pela sociedade democrática acadêmica (*idem, ibidem*, p. 157)”.

Para além da denúncia de invisibilidade e/ou inferiorização das temáticas relativas à população negra, também explorada nos textos da década de 90 e início de 2000, o autor também acrescentou que: “**Ainda temos uma mentalidade nacional avessa à existência de negros** ou, pelo menos, contrária e sensível a qualquer manifestação de afirmação da existência material destes seres ditos negros, mas contra a existência política nossa (*idem, ibidem*, p. 158)”. Em uma linha de ações, segundo o autor, parece-nos que a universidade e a crescente produção científica estão longe de serem neutras frente ao debate racial.

A pós-graduação no Brasil, segundo os autores citados, não é universal e não foi criada para todos, mas sim por demandas de tecnologias e ciências que correspondam ao progresso e desenvolvimento nacional ou regional. Conforme os apontamentos de Cunha Junior (*idem, ibidem*) sobre a temática racial dispostas nas obras de Florestan Fernandes e Roger Bastide (década de 60), com a industrialização e desenvolvimento do país, a população negra e pauperizada seria abarcada nesse processo. Tais reflexões foram colocadas em xeque, a medida que sub-julgaram os impactos do racismo na sociedade brasileira, considerado por vários autores um forte elemento na reprodução da marginalidade social da população negra (HASENBALG, 1979; HASENBALG & SILVA,

2009; HENRIQUES, 2000; TELLES, 2003).

Nesse sentido, Carvalho (2003, p. 163) conceituou mais uma versão de racismo em IES públicas: o racismo acadêmico ou o racismo universitário (2005, p. 75). A começar pelo recorrente impedimento de intelectuais negros (com notório saber) adentrarem no corpo docente de tradicionais Universidades, a citar Guerreiro Ramos, que seguiu carreira em universidades estrangeiras e Édison Carneiro, em momentos diferentes, ambos não se tornaram docentes na UFRJ (antiga Universidade do Brasil); e Clóvis Moura, que mesmo demonstrando brilhantismo, longa formação intelectual e produção científica na USP, não foi aprovado como docente nas estaduais paulistas (2005, p. 165 – 166).

Para Carvalho (2003) no corpo docente das principais universidades do país como UNB, UFSCAR, UFRGS, UFMG, UNICAMP, USP, UFRJ, o percentual de professores negros varia entre 0,5 a 1,0 % (p. 169). A constante referência ao corpo docente justifica-se pela seleção de áreas do conhecimento específicas e a decisão política por linhas de pesquisa, disponíveis para a formação dos novos pesquisadores. Nesse âmbito, Carvalho reforçou que longe de ser imparcial e democrática, a pós-graduação abre-se a novos pesquisadores através das linhas de pesquisa (*idem, ibidem*, p. 180). E acrescentou:

“Há que frisar sempre que o modo vigente de ingresso na nossa pós-graduação já é a prática de um critério de preferências, combina com uma meritocracia parcializada que geralmente premia os melhores dentro do conjunto de preferência eleita. Por tal motivo, é comum que um estudante mais qualificado fique de fora simplesmente porque escolheu uma linha de pesquisa com poucas vagas, ou inexistente no programa a que se candidatou, enquanto outro estudante menos qualificado entre apenas porque escolheu uma linha menos concorrida (*idem, ibidem*, p. 180 – 181).”

No artigo citado, Carvalho explorou a subjetividade implícita na escolha dos candidatos que, de acordo com a preferência dos docentes, a manutenção das linhas de pesquisa e a continuidade de pesquisas dentro dessas, os candidatos são avaliados. Assim, com a capacidade de adequação a tais interesses somados as idiosincrasias dos membros das bancas, com suas preferências ou resistências, são selecionados os temas, um perfil de estudante desejado, mas não declarado. O autor elencou, ainda, as características que podem incidir negativamente nessa imprecisa seleção, como o desconhecimento do candidato ou do orientador (no caso de doutorado) pelos integrantes da banca, a ausência de recomendação de docentes conhecidos (ou *famosos*), a desqualificação do programa ou universidade de origem e o fator racial. Nesse último,

Carvalho recuperou os estereótipos e estigmas, presentes no imaginário coletivo<sup>3</sup>, como a expectativa negativa em torno dos estudantes negros, com suas deficiências e incapacidades que podem culminar em uma *prévia exclusão*, pois, pesa de forma negativa na possibilidade de aprovação de um candidato negro (*idem, ibidem*, p. 181 – 182). Frente a esses contextos, restaria ao candidato negro duas opções: 1) absorver os códigos instituídos na academia e *metamorfosear(-se)* de branco; ou 2) partir para o confronto aberto, denunciar o racismo e a injustiça e arriscar as últimas chances de inserção nesses espaços (*idem, ibidem*, p. 186).

Carvalho explorou, com minúcia, os mecanismos de ingresso na pós-graduação, manutenção e produção de conhecimento. Nesse sentido, toca em questões bastante profundas, polêmicas e pouco discutidas, em virtude dos entraves políticos que emergem (ou a surgir) de uma simples abordagem. A lógica dessa argumentação constitui um conceito, ainda a ser amadurecido, de racismo que, diferentemente do institucional (WIEVIORKA, 2007), pode-se reconhecer os agentes, os lugares da ação e a vítima desse processo.

Dos questionamentos ousados e enfrentamentos políticos desse docente (dispostos na maioria dos textos de Carvalho) emerge a proposta de ações afirmativas no intuito de romper essas divisões na pós-graduação, visíveis no ingresso de estudantes negros e no de professores negros. Ressaltamos que tal proposta não partiu apenas da experiência do autor, mas de um conjunto de intelectuais negros que, durante o Encontro Nacional sobre Ações Afirmativas nas Universidades Públicas Brasileiras, também conhecido como Encontro dos NEABs (2002), elencaram no item IV sobre as universidades:

“(...) 1 – Além das cotas para a graduação, defendemos também as cotas para os cursos de pós-graduação (mestrado e doutorado) (...) 2 – Diante desse quadro tão ínfimo de representatividade, propomos a reserva de cotas para negros e também nos novos concursos para professores das universidades que o MEC venha a abrir de agora em diante. (p. 198 – 1999, 2003b)”

Cunhada a proposta começou a pressão nas instâncias deliberativas. Em 2004 foi realizada uma audiência pública com o Chefe de Gabinete do Ministro da Educação e a SEPIR, na qual Carvalho (2009) apresentou a proposta de cotas na pós-graduação e não houve resposta ou qualquer outro encaminhamento. Do anúncio a liberação de três mil vagas para contratação de docentes para as IES federais, Carvalho defendeu reserva

---

<sup>3</sup> Sobre estereótipos e estigmas ver. Durham (2003) e sobre racismo presente no inconsciente coletivo e o mito da democracia racial ver. Fernandes (2008) e Munanga (2004).

preferencial de cento e dez (110) vagas para pesquisadores negros e, mais uma vez, não houve encaminhamento nos órgãos responsáveis, como MEC, CAPES e SESU. Nesses dois últimos, o autor reflete que esse *boicote* deve-se aos mesmos docentes contrários às cotas, oriundos de IES públicas reacionárias e que compõem altos postos de decisão e poder nessas instâncias (p. 135 – 138).

A defesa de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, proposta apresentada nas instâncias por Carvalho e setores dos Movimentos Sociais Negros, sob título de *Proposta de Preferências Raciais e Temáticas na Docência Superior e na Pesquisa*, reconheceu a retração do sistema universitário das últimas décadas. Embora isso não signifique mudanças em relação ao número de pesquisadores negros nas IES públicas, pois, tanto no processo de expansão como no de contenção, não ultrapassou o percentual de 1% ao longo dos últimos 70 anos. Nesse sentido, a proposta do autor vislumbra intervir nesse nível para preparar um contingente maior de mestres e doutores a fim de ocupar vagas reservadas e, que possam representar a composição de cores ou etnias do Brasil, no caso da população negra 47% (*idem, ibidem*, p. 153)<sup>4</sup>.

Com base nas propostas de em Carvalho (2009), percebe-se que consistem em:

- 1) Cotas para formação de novos pesquisadores negros – alocar 20% das vagas do montante total oferecido, para aprovados no mestrado e 20% para aprovados no doutorado, no intuito de compor um piso mínimo nos programas de Pós-Graduação.
- 2) Avaliação dos programas – a diversidade racial tornar-se-á um critério de avaliação, desses programas, no prazo de 20 anos (como ocorre nas cotas para negros e índios na UNB).
- 3) *Programa de Igualdade Racial na Docência Superior* – visa garantir reserva de vagas, no mínimo de 5%, nos próximos processos seletivos para IES federais para alcançar, em três anos, o percentual de 2% (o autor referia-se aos concursos aventados para os anos de 2008 e 2009)

---

<sup>4</sup> Conforme dados recentes do IBGE a população negra representa 53% do total de brasileiros, ver. Senso do IBGE 2012.

3.1. Segundo levantamento, em 2010, da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros, já tem um número significativo de pesquisadores negros para ocupar essas vagas.

3.2. A universidade está livre para aderir ou não ao programa, mas se aderir receberia do MEC a distinção de universidade inclusiva.

3.3. Para complementar o programa, sugere a criação do PRODOC, que são *bolsas inclusivas* para recém-doutores negros.

3.4. Sistema de preferência na concessão de bolsas de pesquisa, em todas as modalidades, nas instituições federais de fomento (CNPq, MCT, CAPES).

3.5 Reserva de um percentual de bolsas produtividade direcionadas, exclusivamente, para pesquisadores negros (*idem, ibidem*, p. 153 – 155).

Os três últimos tratam do financiamento para incentivar o pesquisador negro, mas não encontramos na proposta menção quanto a incentivos financeiros para as universidades, como o intuito de propagar um movimento interno de *inclusão*, nas palavras de Carvalho. No âmbito do financiamento individual, observa-se que ações das IES que garantam a permanência dos estudantes são alvos de greves e movimentos estudantis há tempos, pois, frequentemente, há reivindicação de políticas institucionais e quiçá de Estado para melhorar as condições de moradia, alimentação, saúde, bibliotecas, entre outros, o que indica um atual contexto de fragilidade, enxugamento ou mesmo inexistência de políticas para a permanência estudantil. Nesse sentido, tais propostas poderiam: 1) fortalecer tais demandas; ou 2) criar ambientes de diferenciação e ditos privilegiados por políticas de permanência e os que não gozam dessa prerrogativa, o que fortaleceria o argumento do racismo às avessas e/ou racialização preconizado por Fry e Maggie (2005; 2007). Considera-se que esse último alimenta um ciclo de contra-argumentações, como a defesa por políticas universalistas e invertem a ordem das lutas, pois, transformam a luta por acesso a bens sociais em uma luta particularizada (dos negros, dos índios, etc), não como algo a ser reconhecido e tomado pela sociedade como um todo.

Sendo assim, a intenção dessa reflexão não visa alimentar o debate sobre a polarização do discurso de ordem ideológica armado por políticas universalistas *versus* específicas e optar por uma ou outra. Mesmo porque, defender políticas de permanência apenas para as IES públicas não significa defender políticas universalistas, visto que, essa não abrange todo o ensino superior, pois, a esfera privada não está abarcada e responde pela grande inserção de negros ou não no ensino superior<sup>5</sup>.

Diante da proposta apresentada por Carvalho sobre cotas para o nível seguinte, por determinado período, ressalta-se a necessidade de incentivar a criação de linhas de pesquisa que reflitam e produzam conhecimentos, ainda muito incipiente, nas áreas de ciências médicas, humanas e exatas, principalmente nos principais centros de pesquisas brasileiros.

Nesse sentido, discute-se também sobre o corpo docente, para compor tais linhas, que sejam contratados, preferencialmente, *negros intelectuais*, com produções e formação sobre temáticas correlatas a população negra, pois, os docentes teriam condições de selecionar projetos e estudantes de mestrado e/ou doutorado para essas áreas. Então, seria um novo projeto para a Pós Graduação, assim como preconizaram os autores citados, no entanto, indícios de um posicionamento do governo sobre tal proposta não foram encontrados no período de 2001 a 2012.

### **Da criação de espaços para a produção de conhecimento aos grupos de pesquisa – 2000 a 2012**

Sobre o Movimentos Sociais dos Negros, Sales Santos (2007) abordou o histórico dos militantes e intelectuais negros, que em suas palavras, são (ou tornaram-se) *negros intelectuais* (p. 225). Nesse, ressaltou ainda que negros intelectuais existiram ao longo da história do Brasil, porém concordou com Carvalho (2005) sobre a presença ínfima desses no espaço acadêmico, visto que a docência esteve reservada aos brancos conforme pesquisas apontadas pelo autor.

Mesmo ínfima, lideranças e negros intelectuais organizam-se dentro e fora no meio acadêmico e em 2000 houve a criação da Associação Brasileira de Pesquisadores

---

<sup>5</sup> Segundo o MEC, o PROUNI concedeu de 2005 a 2010 mais de 800 mil bolsas de estudo para egressos da rede pública e com renda *per capita* abaixo de três salários mínimos.

Negros(as) durante o I Congresso de Pesquisadores Negros Brasileiros (COPENE) na UFPE. O COPENE obteve 320 inscritos e, desde então, as inscrições foram crescendo na realização dos congressos posteriores, isto é, o crescimento no número de inscritos de 2000 a 2006 quadruplicou, de 320 foi para 1200 (SANTOS, p. 234 – 236).

Para compreender como um marco a fundação da ABPN, Santos documentou a trajetória de formação (e vida) dos diretores da ABPN, desde a sua criação. Alguns desses expoentes negros ocupam (os ínfimos) postos de docência em IES públicas e ressaltou que a formação desses percorreu caminhos que não favoreciam a formação acadêmica e intelectual, pois a maioria é egressa da rede pública, baixa escolaridade dos pais, baixa renda e muitos trabalharam durante a graduação e a pós-graduação. A formação dividiu-se entre a PUC de São Paulo e as públicas: UNB, UNICAMP, USP, UFPE, UFMG e UFBA (*idem, ibidem*, p. 234 – 236). A síntese da trajetória dos *negros intelectuais* foi sistematizada, analisada e retratou os obstáculos na história dessas exceções que romperam com um ciclo de marginalização intergeracional. Com base nesses dados, Santos constatou:

“(…) Salvo a Unicamp, pode-se afirmar, sem tergiversações, que em nenhuma dessas universidades havia (nas décadas de oitenta e noventa do século XX, bem como o início da primeira década do século XXI) grupos de pós-graduandos(os) negros(as) organizados(as) enquanto tal e que militavam nos Movimentos Sociais dos Negros, propiciando um debate acadêmico acessível à discussão franca, aberta e profunda sobre as relações raciais brasileiras, bem como que questionasse a ideologia da democracia racial brasileira a partir de um ponto de vista diferente dos intelectuais brancos que têm hegemonia na área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais das ciências sociais (*idem, ibidem*, p. 244).”

Nesse trecho, encontramos duas características: o isolamento dessas *exceções* e a necessidade de fomentar espaços para outros debate. Houve, então, tentativas para criar e avançar na produção de conhecimentos sobre as relações raciais no Brasil. Sendo assim, pode-se afirmar que uma das consequências do processo de conquistas de espaços, de formação e de produção acadêmica, no século XXI, foi a criação da ABPN, bem como um marco histórico para as pesquisas sobre as relações raciais no Brasil.

Com a implementação do sistema de cotas e/ou outras medidas afirmativas na maioria das IES públicas no Brasil nos últimos doze anos, as reflexões desse artigo elenca quais foram as modificações na estrutura dessas IES posteriormente a conquista do acesso. Nesse sentido, o primeiro indício encontrado foi o fortalecimento da voz de negros intelectuais, que os tornaram referências sobre relações raciais no Brasil, sobre o histórico



do movimento negro, sobre Ações Afirmativas, entre outros, nas décadas de 1990, em menor número, e cresceu a partir de 2000. Esse período tornou-se um divisor de águas a medida que tais intelectuais são reconhecidos por pensar as questões relativas a seu próprio grupo social e começaram a incidir na sub-representação nos espaços de deliberação e poder.

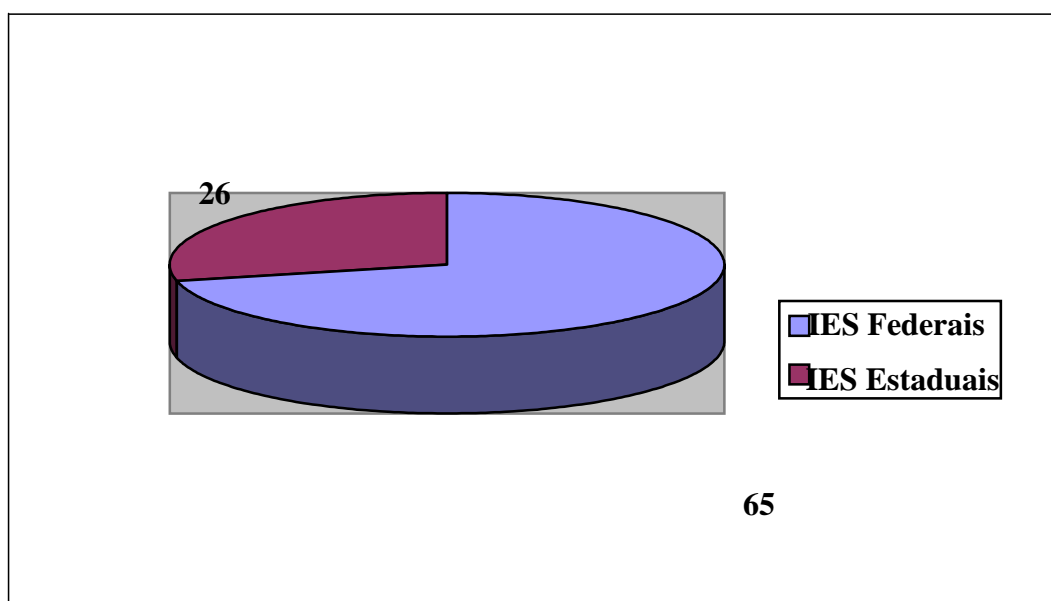
Desse novo contexto, houve a constituição de espaços de discussão, dentro das IES públicas, que culminaram na criação de grupos de pesquisa. Em um levantamento, realizado no início de 2012, na plataforma CNPq sobre os grupos de pesquisa criados sobre Ações Afirmativas e Relações Raciais e Educação, encontramos cento e um (101) grupos. A partir dessa seleção, relacionadas ao objeto dessa pesquisa, que foram organizados por nome do grupo, área, IES e ano de criação. A seleção foi baseada em três palavras-chave: 1) Ação Afirmativa; 2) Ações Afirmativas; e 3) Relações Raciais e Educação, conforme o quadro abaixo:

**QUADRO I – Distribuição dos grupos de pesquisa, no período de 1986 a 2010, de acordo com as palavras-chave**

| <b>Palavra-chave</b>           | <b>Número</b> |
|--------------------------------|---------------|
| 1) Ação Afirmativa             | 15            |
| 2) Ações Afirmativas           | 35            |
| 3) Relações Raciais e Educação | 51            |
| <b>TOTAL</b>                   | <b>101</b>    |

O levantamento demonstrou que dos 101 grupos, noventa (90) estão localizados em IES públicas, um na Secretaria Estadual da Bahia, dois em institutos de pesquisa privados (CEBRAP e FCC) e oito (08) em IES privadas. Do primeiro grupo, levantamos qual a esfera administrativa com maior incidência desses Grupos, conforme o gráfico seguinte:

**GRÁFICO I - Distribuição dos grupos de pesquisa segundo a competência administrativa**



*Fonte: levantamento com base no sítio do CNPq*

As Instituições Federais de ensino superior apresentaram o maior índice. Nesse caso, as interferências do Executivo (gestão 2003 – 2010) com decretos, programas e ações (NORÕES, 2011) estimularam essas discussões e até mesmo a implantação de políticas de inclusão social, como ocorreu com o REUNI. Encontramos na subdivisão por palavra-chave, que dos dezoito grupos formados entre as décadas de 1980 e 1990 apenas seis já produziam sobre temáticas étnico- raciais; quanto ao restante passaram a produzir e/ou explorar essa área a partir de 2000.

Nas áreas temáticas houve outro indício sobre a influência das políticas afirmativas, pois, um número expressivo de grupos de pesquisa está na Educação, o que alcançou mais da metade do total. Frente a esse contexto, tornou-se possível afirmar que o debate racial e a implementação dos programas de Ações Afirmativas em IES públicas impulsionaram o crescimento desses grupos. O restante dos grupos foi dividido entre as áreas: Antropologia, Sociologia, Ciência Política, História, Serviço Social, Psicologia, Direito, Saúde Coletiva, Comunicação, Linguística, Artes e Administração. Sendo assim, organizamos um quadro sobre os grupos, segundo a área de conhecimento, para avaliar as

áreas que mais se debruçaram sobre essa temática.

**QUADRO II – Distribuição dos grupos de pesquisa, segundo área do conhecimento**

| <b>ÁREA</b>           | <b>Nº</b> |
|-----------------------|-----------|
| <b>EDUCAÇÃO</b>       | <b>57</b> |
| <b>ANTROPOLOGIA</b>   | <b>08</b> |
| <b>SOCIOLOGIA</b>     | <b>09</b> |
| CIÊNCIA POLÍTICA      | 02        |
| HISTÓRIA              | 02        |
| <b>SERVIÇO SOCIAL</b> | <b>05</b> |
| PSICOLOGIA            | 03        |
| <b>DIREITO</b>        | <b>08</b> |
| SAÚDE                 | 01        |
| COMUNICAÇÃO           | 01        |
| LINGUÍSTICA           | 03        |
| ARTES                 | 01        |
| ADMINISTRAÇÃO         | 01        |

Além da Educação, destacamos avanços na área do Direito, Antropologia, Sociologia, Serviço Social e a amplitude de áreas que começaram a abordar tais temáticas em grupos de pesquisas. Por outro lado, observamos que na área da saúde há apenas um grupo localizado na FIOCRUZ/RJ, que tem tradição na área de saúde pública, e nas demais IES com tradição na área das ciências médicas ainda não exploraram essa possibilidade de ensino, pesquisa e extensão. Na área de ciências humanas, a economia

ainda não explorou essas temáticas, junto às outras áreas das ciências biológicas e exatas, principalmente.

### **Considerações Meantes**

Em doze anos de discussão ainda causa mal estar abordar a (considerada) delicada discussão: relações raciais no Brasil. Talvez porque as conquistas retomam um processo de seleção de quem terá ou não acesso, de quem terá ou não lugar, de quem estará ou não na disputa nos espaços de decisão e poder.

Das entranhas dessas disputas por ideias e propostas políticas e/ou ideológicas, torna-se necessário reconhecer que as políticas afirmativas, tanto na graduação como na pós-graduação, vão à contramão de políticas educacionais conservadoras, pois incitou, estimulou e trouxe a tona questões como: Que tipo de conhecimento existe nos grandes centros de ensino e pesquisa? Quem produz conhecimento no Brasil? Qual o real nível de desigualdade social? Que tipo discriminação racial ainda persiste? Enfim, qual sociedade estamos dispostos a construir?

A criação de espaços para pesquisa sobre Ações Afirmativas (AA) em treze áreas do conhecimento e em cento e uma IES e outros espaços indica um contexto de conquistas progressivas e em um curto espaço de tempo. Esse movimento que ocupou esses polêmicos espaços de produção intelectual foi fundamental para ampliar o debate sobre relações raciais no Brasil. Há de se considerar que isso talvez não acontecesse com as AA em outras áreas, que também fazem parte das reivindicações dos MSN e estão dispostos no documento produzido e entregue ao ex-presidente FHC em novembro de 1995 (Marcha Zumbi dos Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e a Vida).

A extensão das AA para a pós-graduação caminha a curtos passos em termos de discussão e ainda não permeou o meio acadêmico, que possivelmente resistirá a tal proposta, mas ainda trata-se de uma forte tendência, que necessitará de novas intervenções e estudos nesse futuro campo de disputas.

## **BIBLIOGRAFIA**

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES NEGROS. Catálogo ABPN – Docentes Universitárias(os). Brasília, 2010.

CARVALHO, José Jorge de. IN: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

\_\_\_\_\_. Inclusão étnica e racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. Attar: São Paulo, 2005.

DURHAM, Eunice R.. Desigualdade Educacional e cotas para negros nas universidades. São Paulo:Revista Novos Estudos, nº 66, 2003.

FERNANDES, FLORESTAN. A integração do negro na sociedade de classes: Ensaio de interpretação sociológica – Volume I e II. São Paulo: Editora Globo, 2008 [1964 – FFLCH/USP].

HASENBALG, Carlos Alfredo. Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_, MUNANGA, Kabengele & SCHWARCZ, Lilia Moritz. Racismo: perspectivas para um estudo contextualizado da sociedade brasileira. Niterói: Editora da UFF, 1998.

\_\_\_\_\_ e SILVA, Nelson do Valle. Educação e diferenças raciais na mobilidade ocupacional no Brasil. IN: HASENBALG, Carlos; SILVA, Nelson do Vale; LIMA, Márcia. Cor e estratificação social. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria. 2009. 240 p.

HENRIQUES, Ricardo (org.). Desigualdade e Pobreza no Brasil. IPEA: Rio de Janeiro, 2000. 739 p.

HERINGER, Rosana. Mapeamento de ações e discursos de combate às desigualdades raciais no Brasil. Estudos Afro-Asiáticos. Vol. 23. nº 02. Rio do Janeiro: 2001.

JUNIOR, Henrique A. Cunha IN: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves & SILVÉRIO, Valter Roberto (orgs). Educação e Ações Afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica. Brasília: INEP, 2003.

MOEHLECKE, Sabrina & SILVÉRIO, Valter Roberto. Ações Afirmativas nas Políticas Educacionais: o contexto Pós-Durban. São Carlos: EDUSFSCAR, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade Nacional versus Identidade negra. São Paulo: Autêntica, 2004.

NORÕES, Katia Cristina. Cotas Raciais ou Sociais? Trajetória, percalços e conquistas na implementação de Ações Afirmativas no Ensino Superior Público – 2001 a 2010. Dissertação de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2011. 285 p.

SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas. Tese de doutoramento. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 554 p.

SANTOS, Renato Emerson do & LOBATO, Fátima (orgs). Ações Afirmativas: políticas Públicas contra as desigualdades raciais. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

SISS, Ahias. Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas. Rio de Janeiro/Niterói: PENESB, 2003. 207 p.

TELLES, Edward. Racismo à brasileira: Uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003. 347 p.

ZONINSEIN, Jonas e JÚNIOR, João Feres. Ação Afirmativa no ensino superior brasileiro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 350 p.

WIEVIORKA, Michel. O racismo, uma introdução. São Paulo: Perspectiva, 2007. 64 p.